



# TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

**Analista Judiciário - Área Judiciária**

**Execução de Mandados**



Prova Grupo L, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Maio/2004

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

**Justiça e burocracia**

A finalidade maior de todo processo judicial é chegar a uma sentença que condene o réu, quando provada a culpa, ou o absolva, no caso de ficar evidenciada sua inocência ou se nada vier a ser efetivamente comprovado contra ele. O pressuposto é o de que, em qualquer dos casos, a sentença terá sido justa. Mas nem sempre isso ocorre. O caminho processual é ritualístico, meticuloso, repleto de cláusulas, de brechas para interpretação subjetiva, de limites de prazos, de detalhes técnicos – uma longa jornada burocrática, em suma, em que pequenos subterfúgios tanto podem eximir de condenação um culpado como penalizar um inocente. Réus poderosos contam com equipes de advogados particulares experientes e competentes, ao passo que um acusado sem recursos pode depender de defensores públicos mal remunerados e indecisos quanto à melhor maneira de conduzir um processo.

No limite, mesmo os réus de notória culpabilidade, reincidentes, por exemplo, em casos de corrupção, acabam por colecionar o que cinicamente chamam de “atestados de inocência”, sucessivamente absolvidos por força de algum pequeno ou mesmo desprezível detalhe técnico. Quanto mais burocratizados os caminhos da justiça, maior a possibilidade de que os “expedientes” das grandes “raposas dos tribunais” se tornem decisivos, em detrimento da substância e do mérito essencial da ação em julgamento. A burocracia dos tortuosos caminhos judiciais enseja a vitória da má-fé e do oportunismo, em muitos casos; em outros, multiplica entraves para que uma das partes torne evidente a razão que lhe assiste.

(Domiciano de Moura)

1. Deduz-se da leitura do texto que a relação entre a **garantia de justiça** e a **excessiva burocratização** dos procedimentos jurídicos
- (A) é necessariamente complementar, já que não se pode admitir a primeira sem o concurso da segunda.
  - (B) constitui um paradoxo, pois a segunda implica a sistemática e completa exclusão da primeira.
  - (C) é freqüentemente conflituosa, pois a segunda pode representar um obstáculo para a efetivação da primeira.
  - (D) implica um contra-senso, pois cada um dos ritos de um processo já é injusto em si mesmo.
  - (E) é harmônica, pois o detalhismo burocrático favorece a lisura de cada um dos procedimentos e da sentença final.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No primeiro parágrafo, a expressão *em qualquer dos casos* está-se referindo a *no caso de ficar evidenciada sua inocência* e a *se nada vier a ser efetivamente comprovado*.
  - II. No segundo parágrafo, a expressão *notória culpabilidade* alude aos casos em que o processo judicial e a sentença final não deixam dúvida quanto à culpa do acusado.
  - III. No segundo parágrafo, defende-se a tese de que a excessiva burocratização dos caminhos da justiça permite que um detalhe técnico acessório adquira mais importância que o mérito substantivo do processo.
- Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em
- (A) I e II.
  - (B) II e III.
  - (C) I.
  - (D) II.
  - (E) III.

3. No segundo parágrafo, a utilização de palavras ou expressões entre aspas deixa evidente a preocupação do autor em
- (A) destacar o emprego técnico de conceitos que são básicos na linguagem jurídica.
  - (B) chamar a atenção para o fato de que está citando elementos do texto de um jurista.
  - (C) enumerar valores e atitudes que devem caracterizar a ética processual.
  - (D) ressaltar o tom pejorativo com que se refere a certos aspectos das práticas jurídicas.
  - (E) identificar as etapas burocráticas que demonstram a rigidez dos ritos processuais.

4. Na construção do texto, o autor se valeu de uma série de **oposições**, das quais constitui exemplo a estabelecida entre
- (A) réus de notória culpabilidade / casos de corrupção.
  - (B) advogados particulares / defensores públicos.
  - (C) burocracia dos tortuosos caminhos / vitória da má-fé e do oportunismo.
  - (D) desprezível detalhe técnico / pequenos subterfúgios.
  - (E) “expedientes” / “raposas dos tribunais”.

5. A frase em que se respeitam plenamente as regras de concordância verbal é:
- (A) “Raposas dos tribunais” é a expressão com a qual muitos identificam os advogados matreiros, que se valem da tortuosidade dos ritos processuais.
  - (B) Costuma valer-se de algum desprezível detalhe técnico os causídicos que sabem tirar proveito da burocracia judicial.
  - (C) A tortuosidade dos caminhos judiciais acabam por ensejar um sem-número de distorções no andamento de um processo.
  - (D) Falhas nos julgamentos sempre haverão, mas a excessiva burocratização dos ritos jurídicos acaba por multiplicá-las.
  - (E) Não cabem aos defensores públicos, em geral mal remunerados e desmotivados, a responsabilidade integral por sua insegurança diante dos entraves burocráticos.

6. NÃO admite transposição para a voz passiva a seguinte construção:
- (A) O réu jamais admitiu a culpa.
  - (B) Entraves burocráticos dificultam a distribuição de justiça.
  - (C) Os mais cínicos colecionam “atestados de inocência”.
  - (D) Mas nem sempre isso acaba por ocorrer.
  - (E) Ele ignorou a importância dos detalhes.

7. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:
- (A) De todo e qualquer réu assiste o direito da ampla defesa.
  - (B) O único apoio de que um acusado sem recursos pode contar é o de um defensor público.
  - (C) Encerrou-se um processo cujo o mérito sequer foi avaliado.
  - (D) Foi uma sentença estranha, cuja acabou por provocar grande descontentamento.
  - (E) É um rito tortuoso, de cuja burocracia os espertos tiram proveito.

8. Está clara e correta a redação da frase:
- (A) Nada se garante quanto a justiça, graças ao excesso de burocracia onde caracteriza-se o andamento dos processos.
  - (B) Através de recursos baixos, evita-se que um notório corrupto se distinga de um homem honesto, embora a recíproca não seja verdadeira.
  - (C) A reincidência do réu em atos de corrupção nada significou para o juiz, que se mostrou mais preocupado com minúcias técnicas do processo.
  - (D) Tanto mais burocracia, quanto maior a possibilidade de que se ofereça entraves para um julgamento proveitoso e com isenção de um caso.
  - (E) Pode ocorrer má-fé e oportunismo, nos casos aonde existem brechas para que esses venham a imperar, desde que a burocracia lhes facilite.

9. O advogado de defesa encaminhou uma apelação. Para fundamentar a apelação, organizou a apelação numa progressão de itens bem articulados. Ainda assim, recusaram a apelação os juízes do Supremo, que consideraram a apelação inconsistente de todo.

Evitam-se as abusivas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) fundamentá-la - organizou-lhe - recusaram a ela - consideraram-na
- (B) fundamentá-la - organizou-a - recusaram-na - a consideraram
- (C) fundamentar a ela - a organizou - recusaram-lhe - lhe consideraram
- (D) fundamentar-lhe - organizou-lhe - recusaram-na - a consideraram
- (E) a fundamentar - organizou-a - recusaram-lhe - consideraram-na

10. A grafia de todas as palavras está correta na frase:
- (A) A sentença foi exarada sem que o juiz sequer vislumbresse os subterfúgios de que lançou mão o pertinaz advogado de defesa.
  - (B) A alta incidência de erros judiciais constitui – ou deveria constituir – um alerta para que nossos juristas analisem com mais sensatez os ritos processuais.
  - (C) Acabam sofrendo discriminação, nos julgamentos, os réus mais pobres, assistidos por advogados pagos irrisoriamente pelo herário público.
  - (D) Um advogado honesto deve sentir-se pezaroso por ter de enfrentar a malícia de pares seus, que chegam a se gabar por ganharem uma causa inescrupulosamente.
  - (E) É no fringir dos ovos – na hora da sentença – que se verá se o juiz se deixou ou não cooptar pela argumentação falaciosa do esperto advogado.

**Atenção:** As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

**Limites das cotas**

*As regras anunciadas pela UnB (Universidade de Brasília) para seu programa de cotas raciais para negros e pardos dão bem a medida da inconsistência desse sistema. Os candidatos que pretendem beneficiar-se das cotas serão fotografados “para evitar fraudes”.*

*Uma comissão formada por membros de movimentos ligados à questão da igualdade racial e por “especialistas no tema” decidirá se o candidato possui a cor adequada para usufruir da prerrogativa.*

*Para além do fato de que soa algo sinistra a criação de comissões encarregadas de avaliar a “pureza racial” de alguém, faz-se oportuno lembrar que, pelo menos para a ciência, o conceito de raça não é aplicável a seres humanos. Os recentes avanços no campo da genômica, por exemplo, já bastaram para mostrar que pode haver mais diferenças genéticas entre dois indivíduos brancos do que entre um branco e um negro. (...)*

*Esta Folha se opõe à política de cotas por entender que nenhuma forma de discriminação, nem mesmo a chamada discriminação positiva, pode ser a melhor resposta para o grave problema do racismo. A filosofia por trás das cotas é a de que se pode reparar uma injustiça através de outra, manobra que raramente dá certo. (...)*

(Folha de S. Paulo. 22/03/2004, p. A-2)

11. No verbete **editorial**, do dicionário Houaiss, lê-se a seguinte definição:

*Artigo em que se discute uma questão, apresentando o ponto de vista do jornal, da empresa jornalística ou do redator-chefe.*

Baseando-se nessa definição, é correto afirmar que o texto **Limites das cotas** é, de fato, um **editorial**, uma vez que

- (A) a matéria de que trata é indiscutivelmente polêmica e vem despertando o interesse de boa parte dos leitores.
- (B) nele se analisam, de modo isento e equilibrado, as razões de duas abordagens divergentes de uma mesma questão.
- (C) há nele uma explicitação inequívoca do seu caráter opinativo, que deixa claro um posicionamento do veículo de informação.
- (D) se trata de uma matéria jornalística não assinada, fato que é suficiente para caracterizar a imparcialidade na análise de uma questão.
- (E) há nele uma tentativa de levantamento das diferentes e contraditórias opiniões dos redatores de um órgão da imprensa.

<p>12. A seguinte afirmação é apresentada como um fato objetivo:</p> <p>(A) (...) <i>pelo menos para a ciência, o conceito de raça não é aplicável a seres humanos.</i></p> <p>(B) <i>As regras anunciadas pela UnB (...) dão bem a medida da inconsistência desse sistema.</i></p> <p>(C) (...) <i>soa algo sinistra a criação de comissões encarregadas de avaliar a “pureza racial”.</i></p> <p>(D) (...) <i>nenhuma forma de discriminação, nem mesmo a chamada discriminação positiva, pode ser a melhor resposta para o grave problema do racismo.</i></p> <p>(E) <i>A filosofia por trás da política das cotas é a de que se pode reparar uma injustiça através de outra, manobra que raramente dá certo.</i></p>	<p>16. A pontuação está inteiramente adequada na frase:</p> <p>(A) Para evitar fraudes, serão fotografados, todos os candidatos que pretendem beneficiar-se das cotas segundo as regras anunciadas pela UnB.</p> <p>(B) Manobra que raramente dá certo, é a de que se pode reparar uma injustiça por meio de outra, eis a filosofia, por trás das cotas.</p> <p>(C) No campo da genômica, já se avançou o suficiente para provar que entre dois indivíduos brancos pode haver mais diferenças que entre um branco e um negro.</p> <p>(D) A Folha acha, que até mesmo a discriminação positiva, não deixa de ser um tipo de preconceito, não devendo portanto, funcionar como critério de seleção.</p> <p>(E) Afinal; trata-se ou não de se avaliar “pureza racial”, se o critério a ser seguido é o de tirar fotografia; e isso num país com uma grande massa de mestiços.</p>
<p>13. No segundo parágrafo, busca-se sutilmente indicar o contra-senso das medidas a serem tomadas pela comissão de avaliação, aproximando-se as expressões conflitivas</p> <p>(A) <i>igualdade racial e membros de movimentos.</i></p> <p>(B) <i>Uma comissão decidirá e membros de movimentos.</i></p> <p>(C) <i>membros de movimentos e “especialistas no tema”.</i></p> <p>(D) <i>igualdade racial e cor adequada para usufruir da prerrogativa.</i></p> <p>(E) <i>igualdade racial e especialistas no tema.</i></p>	<p>17. É preciso <b>corrigir</b> a redação confusa e incorreta da seguinte frase:</p> <p>(A) São bem estranhos os critérios adotados pela UnB para selecionar os candidatos às vagas correspondentes às cotas raciais para negros e pardos.</p> <p>(B) Ainda que se tirem fotografias, muito candidato a essas vagas haveriam de pleitear uma nova secção de fotos, alegando que fossem prejudicados.</p> <p>(C) Souo sinistro, para a Folha, esse critério de se levar em conta a “pureza racial”, mormente num país com uma incidência tão alta de mestiçagem.</p> <p>(D) Pelo que se pode depreender da leitura do texto, a Folha não considera qualquer tipo de critério racial como um parâmetro justo para a reserva de cotas na universidade.</p> <p>(E) Talvez seja tolice você deixar de considerar as tantas formas de discriminação que há no Brasil; a questão é como enfrentá-las e solucioná-las.</p>
<p>14. Os candidatos que pretendem beneficiar-se das cotas serão fotografados.</p> <p>Na frase acima, há uma correta articulação entre os tempos verbais de <i>pretendem e serão</i>. Alterando-se esses tempos, uma correta articulação ocorreria entre as formas</p> <p>(A) <i>pretenderiam e terão sido.</i></p> <p>(B) <i>pretendessem e seriam.</i></p> <p>(C) <i>pretenderam e tivessem sido.</i></p> <p>(D) <i>pretendam e foram.</i></p> <p>(E) <i>pretendiam e sejam.</i></p>	<p>18. Quanto à utilização ou não do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Em meio às vagas oferecidas pelo sistema de cotas, muitas haverão de ir para brancos, mesmo, pois não faltará quem as pleiteie alegando a mestiçagem.</p> <p>(B) A política à que se opõe a Folha é à de combater uma discriminação com outra, àquela segundo a qual só os negros e pardos têm as vagas garantidas.</p> <p>(C) Será que daqui à uma década ainda estaremos a titubear na administração da insuficiência de vagas, ou já teremos chegado à um bom termo?</p> <p>(D) Sempre é oportuna a lembrança de que a genômica tem chegado à uma série de convicções que põem por terra a teoria de uma raça pura.</p> <p>(E) Parece que estamos à atravessar um momento crucial de nossa história, quando velhas contas estão à pagar, sem haver quem as resgate.</p>

<p>19. Estão corretos o emprego e a flexão de todos os verbos na frase:</p> <p>(A) O conselho ouve por bem estribar-se no critério racial para preencher as vagas na sua universidade.</p> <p>(B) Não se sabe se diminue ou não, drasticamente, o número de negros e pardos que permanecerão alijados do sistema universitário.</p> <p>(C) Quem se opor à política de cotas haverá de imaginar alguma outra saída, que tanto favoreça os negros e os pardos como também os brancos pobres.</p> <p>(D) Aqueles que sempre reteram as vagas não haverão de concordar com o novo sistema, pelo qual o critério racial se sobreponhe ao do mérito.</p> <p>(E) Constitui um recente avanço na ciência o fato de que a genômica não institui qualquer modelo de raça pura, por absoluta falta de evidência.</p>	<p>24. Ao clicar o botão Atualizar na janela do MS Internet Explorer, será carregada para o computador</p> <p>(A) uma nova cópia da página atual.</p> <p>(B) uma nova cópia da página inicial.</p> <p>(C) a última cópia arquivada da página inicial.</p> <p>(D) uma nova cópia da página anterior.</p> <p>(E) a cópia arquivada da página anterior.</p>
<p>20. O verbo entre parênteses deverá flexionar-se no plural para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Será que algum de nós não ..... (<b>gostar</b>) de observar de perto aquela seleção com base nas fotos?</p> <p>(B) Não se ..... (<b>dever</b>) levar em conta qualquer um desses critérios, pois todos parecem fora de propósito.</p> <p>(C) Uma vez ..... (<b>criar</b>), essa comissão de encarregados será a responsável pela seleção dos candidatos.</p> <p>(D) A menos que se ..... (<b>proclamar</b>) acima da lei, deveriam os selecionadores submeter-se a um debate mais profundo.</p> <p>(E) Quando se ..... (<b>preservar</b>) uma injustiça, para tentar demolir outra, o princípio justo continua sendo ofendido.</p>	<p>25. O caractere ° (ordinal masculino) pode ser inserido em texto, pelo programa MS Word, mantendo-se pressionada a tecla Alt e digitando, no teclado numérico, as seqüências</p> <p>(A) 0 2 0 9 ou 1 6 5</p> <p>(B) 0 1 7 0 ou 1 6 6</p> <p>(C) 0 1 8 6 ou 1 6 7</p> <p>(D) 0 1 7 4 ou 1 6 9</p> <p>(E) 0 1 7 1 ou 1 7 4</p>
<p>21. Um componente de <i>hardware</i> do microcomputador classificado como periférico é</p> <p>(A) o processador.</p> <p>(B) o disco rígido.</p> <p>(C) a placa de rede.</p> <p>(D) a memória RAM.</p> <p>(E) a impressora.</p>	<p>26. No programa MS Word, a tecla de função F7 é reservada para escolher o comando:</p> <p>(A) ir para.</p> <p>(B) obter ajuda <i>online</i>.</p> <p>(C) repetir a última ação.</p> <p>(D) verificar ortografia e gramática.</p> <p>(E) salvar como.</p>
<p>22. Para personalizar a "área de trabalho" do Windows utiliza-se o aplicativo</p> <p>(A) barra de tarefas.</p> <p>(B) propriedades de vídeo.</p> <p>(C) propriedades do sistema.</p> <p>(D) opções de acessibilidade.</p> <p>(E) opções de pasta.</p>	<p>27. As funções utilizadas nas planilhas MS Excel</p> <p>(A) são operadores para execução de cálculos.</p> <p>(B) apresentam resultados somente com o uso de fórmulas complexas.</p> <p>(C) apresentam resultado somente de um valor.</p> <p>(D) executam somente operações de cálculo.</p> <p>(E) executam fórmulas pré-definidas.</p>
<p>23. Quando há Intranet instalada em uma empresa significa que</p> <p>(A) a empresa é um provedor de acesso à Internet.</p> <p>(B) a empresa é de grande porte, uma vez que somente tais empresas suportam instalação de Intranet.</p> <p>(C) foi instalado um servidor para troca eletrônica de dados com fornecedores e clientes.</p> <p>(D) foi instalado um servidor Web na rede de computadores da empresa.</p> <p>(E) todos os funcionários têm acesso à Internet.</p>	<p>28. Numa planilha MS Excel, um gráfico NÃO pode ser utilizado para representar, em forma de desenho, o conteúdo de</p> <p>(A) várias linhas e várias colunas.</p> <p>(B) uma linha e uma coluna, somente.</p> <p>(C) uma linha, somente.</p> <p>(D) uma coluna, somente.</p> <p>(E) uma célula, somente.</p>
	<p>29. Um texto gravado em HD, em arquivo de 2,0 MB, para ser copiado em um único disquete, com capacidade nominal de 1.474 KB, exigirá que o</p> <p>(A) disquete seja compactado, antes da cópia.</p> <p>(B) disquete seja desfragmentado, antes da cópia.</p> <p>(C) arquivo seja primeiramente compactado no HD.</p> <p>(D) arquivo seja primeiramente desfragmentado no HD.</p> <p>(E) arquivo seja simplesmente arrastado do HD para o disquete.</p>
	<p>30. Na ausência temporária do operador, o acesso ao computador por pessoa não autorizada pode ser evitado, de forma ideal, com a utilização de</p> <p>(A) uma senha inserida na proteção de tela do Windows.</p> <p>(B) uma senha inserida no <i>boot</i> do computador.</p> <p>(C) uma senha inserida para acesso ao disco rígido.</p> <p>(D) desligamento do monitor, após alguns minutos de inatividade.</p> <p>(E) desligamento do computador, sempre que o operador se retirar.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**  
**DIREITO ADMINISTRATIVO**

<p>31. Em matéria de controle da administração, analise:</p> <p>I. A autoridade controladora acompanha, orienta, revê, avoca e aprova os atos praticados pelos subalternos.</p> <p>II. O que antecede a conclusão ou operatividade do ato, como requisito para sua eficácia.</p> <p>III. Todo aquele que visa a comprovação da eficiência, do resultado, da conveniência ou oportunidade do ato controlado, sendo da competência da Administração, e, em casos excepcionais expressos na Constituição Federal, do Legislativo.</p> <p>Essas hipóteses correspondem, respectivamente, aos controles</p> <p>(A) hierárquico, sucessivo e vinculado. (B) hierárquico, prévio ou preventivo e de mérito. (C) sucessivo, preventivo e de mérito. (D) sucessivo, operativo e vinculado. (E) discricionário, prévio e corretivo.</p>	<p>35. Quanto às penalidades passíveis de serem aplicadas ao servidor público civil da União, analise:</p> <p>I. A demissão ou a destituição de cargo em comissão implica a indisponibilidade dos bens e em ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.</p> <p>II. A destituição de cargo em comissão ou a demissão incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de cinco anos.</p> <p>III. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão.</p> <p>Essas conseqüências resultam, respectivamente, das seguintes condutas:</p> <p>(A) aplicação irregular de dinheiro público; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; e improbidade administrativa.</p> <p>(B) incontinência pública e conduta escandalosa na repartição; participar de gerência de empresa privada; e lesão aos cofres públicos ou dilapidação do patrimônio nacional.</p> <p>(C) ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular; coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a partido político; e acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.</p> <p>(D) utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares; aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro; e revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo.</p> <p>(E) corrupção; receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições; insubordinação grave em serviço.</p>
<p>32. No que diz respeito aos atos administrativos, a</p> <p>(A) imperatividade, como requisito do ato, impõe ao particular o fiel cumprimento deste, mas não permite que o poder Público sujeite o administrado à execução forçada.</p> <p>(B) auto-executoriedade, requisito de validade do ato, possibilita a execução deste, independentemente de determinação judicial.</p> <p>(C) tipicidade é requisito do ato segundo o qual este deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei, em decorrência do princípio da publicidade.</p> <p>(D) presunção de legitimidade, como seu atributo, permite a imediata execução do ato.</p> <p>(E) a situação de direito ou de fato, que determina ou autoriza a realização do ato, corresponde ao atributo denominado motivo.</p>	<p>36. No que tange aos poderes administrativos, considere as seguintes proposições:</p> <p>I. A prerrogativa de que dispõe o Executivo para ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo uma relação de subordinação, corresponde ao poder disciplinar.</p> <p>II. O poder regulamentar autoriza os Chefes dos Poderes Executivos a explicar a lei para sua correta e fiel execução.</p> <p>III. O poder de polícia autoriza a Administração a condicionar, frenar o uso e gozo de bens, atividade e direitos individuais, em prol da coletividade ou do próprio Estado.</p> <p>IV. A discricionariedade permite que o administrador público pratique o ato com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade, conteúdo e forma.</p> <p>Estão corretas APENAS as afirmações</p> <p>(A) I e II. (B) I e III. (C) I, III e IV. (D) II e III. (E) II, III e IV.</p>
<p>33. O provimento derivado de cargo público compreende, dentre outras formas, a</p> <p>(A) promoção e a readmissão. (B) transposição e o aproveitamento. (C) ascensão e a transferência. (D) ascensão e a readaptação. (E) reversão <i>ex officio</i> e a reintegração.</p> <p>34. Da sindicância poderá resultar</p> <p>(A) sustação do andamento do inquérito administrativo, aplicação da penalidade de suspensão convertida em multa e destituição de cargo público.</p> <p>(B) arquivamento do processo administrativo disciplinar, aplicação das penalidades de suspensão de até sessenta dias e de demissão.</p> <p>(C) arquivamento do processo, aplicação da penalidade de advertência e instauração do processo administrativo disciplinar.</p> <p>(D) aplicação das penalidades de suspensão de até 90 dias ou de demissão e instauração do inquérito administrativo.</p> <p>(E) desarquivamento do processo administrativo disciplinar para instauração do inquérito administrativo e aplicação das penalidades de advertência e suspensão de até trinta dias.</p>	

<p>37. Pedido de reconsideração é aquele pelo qual o interessado requer o reexame do ato</p> <p>(A) por intermédio da autoridade mediamente superior àquela que expediu o ato impugnado, podendo ser renovado uma única vez.</p> <p>(B) à própria autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.</p> <p>(C) mediante pedido à autoridade imediatamente superior àquela que proferiu a decisão, permitida a renovação com novos elementos.</p> <p>(D) à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato impugnado, admitida a renovação apenas quando a decisão reformar parcialmente o referido ato.</p> <p>(E) quando praticado mediante delegação, devendo ser apreciada pela autoridade hierarquicamente superior àquela que proferiu o ato, sendo que a renovação fica a critério dessa autoridade.</p>	<p>40. Dentro de suas áreas de competência e jurisdição, terão precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei, a administração</p> <p>(A) fazendária e seus servidores fiscais.</p> <p>(B) sanitária e seus médicos sanitaristas.</p> <p>(C) penitenciária e seus agentes penitenciários.</p> <p>(D) orçamentária e respectivos orçamentistas financeiros.</p> <p>(E) registrária e seus serviços notariais.</p>
<p>38. Ao praticar os atos discricionários, o administrador pode adotar uma ou outra solução, segundo critérios de oportunidade, conveniência, justiça, equidade, próprios da autoridade, porque não definidos pelo legislador. No entanto, o poder de ação administrativa, embora discricionário,</p> <p>(A) não dá margem a qualquer apreciação subjetiva, haja vista que a finalidade deverá atender apenas ao interesse público secundário.</p> <p>(B) somente poderá ser livremente exercido pelo administrador quanto ao mérito e a forma, quando a lei utilizar noções precisas.</p> <p>(C) será parcialmente liberado ao administrador, apenas quanto aos requisitos da imperatividade e do motivo.</p> <p>(D) quando a lei descrevê-lo mediante vocábulos unissignificativos, possibilita ao administrador uma apreciação subjetiva.</p> <p>(E) não é totalmente livre, porque, sob os aspectos da competência e finalidade, a lei impõe restrições.</p>	<p>41. Cabe ao Congresso Nacional, de regra, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União e dentre outras, especialmente sobre</p> <p>(A) montante da dívida mobiliária dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p>(B) operações de crédito, dívida pública e emissões de cunho forçado.</p> <p>(C) criação e extinção de órgãos públicos superiores federais e estaduais.</p> <p>(D) bens do domínio da União, Estados e Distrito Federal.</p> <p>(E) incorporação de área de Municípios, ouvidas as Câmaras Municipais.</p>
<p style="text-align: center;"><b>DIREITO CONSTITUCIONAL</b></p> <p>39. No que se refere à inadmissibilidade, no processo, das provas obtidas por meios ilícitos, é certo que constitui ilicitude a</p> <p>(A) prova obtida mediante escuta telefônica, por autorização judicial, que incrimina outra pessoa, e não o investigado em cujo nome constava o telefone objeto da autorização.</p> <p>(B) utilização de conversa telefônica feita por terceiros com autorização de um dos interlocutores sem o conhecimento do outro, quando há, para essa utilização, excludente da antijuridicidade.</p> <p>(C) escuta telefônica, sem autorização judicial, de que resultam informações possibilitando a prisão em flagrante de um traficante de drogas.</p> <p>(D) produção de prova obtida mediante gravação de um diálogo em local público ou aberto ao público.</p> <p>(E) prova obtida por meio de gravação telefônica, via secretária eletrônica, realizada por um interlocutor da conversa, sem o conhecimento do outro.</p>	<p>42. Dentre outras, é de competência privativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente,</p> <p>(A) dispor sobre limites para as operações de crédito externo e interno da União e Estados; elaborar o regimento interno de ambas as Casas.</p> <p>(B) aprovar a escolha do Procurador-Geral da República; eleger membros do Conselho da República.</p> <p>(C) processar o Advogado-Geral da União; autorizar o processo contra o Presidente da República.</p> <p>(D) eleger membros do Conselho da República; proceder a tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional.</p> <p>(E) autorizar a instauração de processo contra os Ministros de Estado; processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>43. No que diz respeito à classificação das constituições, considerando-se a origem, observa-se que umas derivam do trabalho de uma Assembléia Nacional Constituinte, composta de representantes do povo, eleitos com a finalidade de sua elaboração, sendo que outras são elaboradas e estabelecidas sem a participação popular, através de imposição do poder na época. Nesses casos, tais constituições são denominadas, respectivamente,</p> <p>(A) analíticas e sintéticas.</p> <p>(B) outorgadas e históricas.</p> <p>(C) históricas e dogmáticas.</p> <p>(D) promulgadas e outorgadas.</p> <p>(E) dogmáticas e promulgadas.</p>

44. Em matéria de processo legislativo, diz-se que a **Resolução** é

(A) ato do Congresso Nacional, ou de qualquer de suas Casas, destinada a regular matérias de sua competência ou de competência privativa do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, mas em regra com efeitos internos.

(B) espécie normativa destinada a veicular assuntos de competência exclusiva do Congresso Nacional, cujo procedimento é tratado pela Constituição Federal, decorrendo sempre efeitos de natureza externa.

(C) espécie normativa elaborada e editada pelo Presidente da República em razão de autorização do Poder Legislativo, e nos limites postos por este, mas sem as características de um ato normativo primário.

(D) ato normativo diferenciado, com processo legislativo próprio, dispondo sobre matéria comum às demais leis, com a diferença de que o *quorum* para a sua aprovação é de maioria absoluta.

(E) ato normativo, com forma de lei, da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal sobre qualquer matéria, decorrente dos casos de relevância e urgência, devendo ser submetido ao Congresso Nacional.

45. Considere o que segue:

I. Os membros do Ministério Público dos Estados, nos crimes comuns e de responsabilidade, serão julgados, de regra, pelos Tribunais de Justiça.

II. A proposta ao Poder Legislativo da criação ou extinção dos Tribunais inferiores caberá também aos Tribunais Superiores.

III. O provimento dos cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição é de competência de seus Governadores de Estado.

IV. Os juízes federais e estaduais, nos crimes comuns, eleitorais e de responsabilidade, serão julgados originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.

Nesses casos, é correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I, II e III.

(C) I, III e IV.

(D) II e III.

(E) III e IV.

46. No que se refere ao Supremo Tribunal Federal, é certo que

(A) seus Ministros serão eleitos pelo respectivo Plenário e nomeados pelo respectivo Presidente, após a aprovação da lista tríplice pelo Presidente da República.

(B) compõe-se de onze Ministros escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta anos e menos de sessenta anos de idade.

(C) seus Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

(D) sua composição será de vinte e um Ministros, escolhidos dentre juízes dos Tribunais inferiores, que contem, no mínimo, com quinze anos de carreira.

(E) compõe-se de onze Ministros indicados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria dos integrantes do Congresso Nacional.

47. É INCORRETA a afirmação de que aos juízes federais caberá, dentre outras atribuições, processar e julgar

(A) a execução de carta rogatória, após o *exequatur*.

(B) as causas entre Estados estrangeiros e Municípios.

(C) os crimes políticos, ressalvada a competência da Justiça Militar e Eleitoral.

(D) os crimes cometidos a bordo de aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

(E) os conflitos fundiários, vedada a designação de juízes estaduais .

**DIREITO CIVIL**

48. A respeito da propriedade em geral, é INCORRETO afirmar que

(A) o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

(B) o proprietário pode ser privado da coisa, na hipótese de requisição, em caso de perigo público iminente.

(C) os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se por preceito jurídico especial, couberem a outrem.

(D) a propriedade do solo abrange, dentre outros bens, as jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os potenciais de energia hidráulica.

(E) no uso e gozo da coisa, são defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e visem a prejudicar outrem.

49. A respeito da posse, considere as afirmativas:

I. Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, contanto que tais atos não excluam os dos outros compossuidores.

II. O possuidor com justo título tem em seu favor a presunção absoluta de boa-fé, que não admite prova em contrário.

III. A posse, ainda que precária, é justa, mas, considera-se injusta a que for clandestina ou violenta.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) II e III.

(E) III.

50. Consideram-se, dentre outros, bens imóveis para os efeitos legais:

(A) tijolos, azulejos e pisos provenientes da demolição de algum prédio.

(B) telhas provisoriamente retiradas de um prédio para nele se reempregarem.

(C) energias que tenham valor econômico.

(D) direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

(E) direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.

<p>51. O terceiro, não interessado, que pagar a dívida</p> <p>(A) com desconhecimento do devedor não terá direito a reembolso, se o devedor tiver meios para ilidir a ação.</p> <p>(B) em seu próprio nome se sub-rogará nos direitos do credor.</p> <p>(C) em seu próprio nome terá direito a reembolsar-se do que pagou.</p> <p>(D) com oposição do devedor não terá direito a reembolso, se o devedor tiver meios para ilidir a ação.</p> <p>(E) antes da data do seu vencimento terá, a qualquer tempo, direito ao reembolso do que pagou.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b></p> <p>56. O processo de execução</p> <p>(A) envolve cognição destinada a pesquisar o direito dos litigantes.</p> <p>(B) destina-se a obter o adimplemento voluntário da obrigação.</p> <p>(C) tem como pressuposto a certeza do direito do credor.</p> <p>(D) tem como escopo descobrir e formular regra jurídica concreta que deve regular a composição da lide.</p> <p>(E) é a única forma de exercer o direito público subjetivo de ação.</p>
<p>52. A respeito da fiança no Direito Civil brasileiro, é certo que</p> <p>(A) não pode ser de valor inferior ao da obrigação principal.</p> <p>(B) pode ser dada verbalmente.</p> <p>(C) admite interpretação extensiva.</p> <p>(D) não pode ter como objeto dívidas futuras.</p> <p>(E) pode ser estipulada sem consentimento do devedor.</p>	<p>57. A citação com hora certa deve ser feita depois de procurado o citando</p> <p>(A) na sua residência ou no local de trabalho, em horários distintos, ainda que no mesmo dia, bastando que o oficial de justiça mencione a suspeita de ocultação.</p> <p>(B) na sua residência ou no local de trabalho, por três vezes, em dias e horários distintos, devendo o oficial de justiça indicar pormenorizadamente os motivos da suspeita de ocultação.</p> <p>(C) na sua residência, por três vezes, no mesmo dia e em horários distintos, devendo o oficial de justiça indicar pormenorizadamente os motivos da suspeita de ocultação.</p> <p>(D) na sua residência e no local de trabalho, por três vezes, em horários distintos, ainda que no mesmo dia, devendo o oficial de justiça indicar pormenorizadamente os motivos da suspeita de ocultação.</p> <p>(E) na sua residência, por três vezes, em dias e horários distintos, devendo o oficial de justiça indicar pormenorizadamente os motivos da suspeita de ocultação.</p>
<p>53. Quanto às preferências e privilégios creditórios, é correto afirmar que</p> <p>(A) o privilégio geral prefere ao privilégio especial.</p> <p>(B) o crédito pessoal prefere ao real de qualquer espécie.</p> <p>(C) o crédito pessoal simples prefere ao privilegiado.</p> <p>(D) os títulos legais de preferência são os privilégios e os direitos reais.</p> <p>(E) prevalecerá a ordem temporal, não havendo título legal à preferência.</p>	<p>58. O recurso que visa à reforma de acórdão não unânime que houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente a ação rescisória, recebe o nome de</p> <p>(A) embargos de divergência.</p> <p>(B) embargos de declaração.</p> <p>(C) agravo regimental.</p> <p>(D) embargos infringentes.</p> <p>(E) correição parcial.</p>
<p>54. O depositário</p> <p>(A) que, no depósito voluntário, não o restituir quando exigido, será compelido a fazê-lo mediante prisão não excedente a um ano e a ressarcir os prejuízos.</p> <p>(B) que, por força maior, houver perdido a coisa depositada e recebido outra em seu lugar, não é obrigado a entregar a segunda ao depositante.</p> <p>(C) não responde pelos casos de força maior, cabendo ao depositante o ônus de provar o contrário.</p> <p>(D) que, devidamente autorizado, confiar a coisa em depósito a terceiro, não será responsável, mesmo que tiver agido com culpa na escolha deste.</p> <p>(E) não poderá reter o depósito até que se lhe pague a retribuição devida por contrato.</p>	<p>59. Cabe mandado de segurança contra</p> <p>(A) decisão judicial com trânsito em julgado.</p> <p>(B) lei em tese.</p> <p>(C) ato administrativo do qual pende recurso com efeito suspensivo.</p> <p>(D) ato judicial passível de recurso.</p> <p>(E) ato judicial passível de correição.</p>
<p>55. De acordo com o Código Civil brasileiro, prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão</p> <p>(A) relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.</p> <p>(B) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.</p> <p>(C) para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.</p> <p>(D) do beneficiário contra o segurador, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.</p> <p>(E) de obter ressarcimento de enriquecimento sem causa.</p>	<p>60. No processo de execução, constatada a existência de bens do devedor, apesar de não ser ele encontrado para citação pessoal, mesmo depois das tentativas exigidas na lei, o oficial de justiça deve</p> <p>(A) proceder à penhora dos bens, independentemente de requerimento do credor.</p> <p>(B) proceder ao arresto dos bens, independentemente de requerimento do credor.</p> <p>(C) devolver o mandado ao juízo, para que o credor promova a citação por edital.</p> <p>(D) devolver o mandado ao juízo, para que o credor indique bens a penhorar.</p> <p>(E) proceder à citação com hora certa, independentemente de requerimento do credor.</p>

<p>61. Na execução fiscal, em caso de haver licitante com lance vencedor e havendo concorrência de pedidos de adjudicação, remição de bens e remição da execução, a ordem de preferência será:</p> <p>(A) remição da execução, pelo devedor; remição dos bens penhorados, pelo cônjuge, ascendente ou descendente do devedor; arrematação por terceiro; adjudicação pela Fazenda exequente.</p> <p>(B) adjudicação pela Fazenda exequente; arrematação por terceiro; remição da execução, pelo devedor; remição dos bens penhorados, pelo cônjuge, ascendente ou descendente do devedor.</p> <p>(C) adjudicação pela Fazenda exequente; arrematação por terceiro; remição dos bens penhorados, pelo cônjuge, ascendente ou descendente do devedor; remição da execução, pelo devedor.</p> <p>(D) remição da execução, pelo devedor; remição dos bens penhorados, pelo cônjuge, ascendente ou descendente do devedor; adjudicação pela Fazenda exequente; arrematação por terceiro.</p> <p>(E) remição dos bens penhorados pelo cônjuge ou parentes do devedor; remição da execução, pelo devedor; adjudicação pela Fazenda exequente; arrematação por terceiro.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO PROCESSUAL PENAL</b></p> <p>64. Com relação aos recursos no direito processual penal brasileiro, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) salvo hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.</p> <p>(B) o Ministério Público não é obrigado a recorrer de sentença absolutória e poderá desistir do recurso que haja interposto.</p> <p>(C) se o juiz reconhecer desde logo a impropriedade do recurso interposto pela parte, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.</p> <p>(D) no caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus poderá, em certos casos, ter seus efeitos estendidos aos demais.</p> <p>(E) não se admitirá recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.</p>
<p>62. Podem ser reduzidos ou prorrogados</p> <p>(A) quaisquer prazos, pelo juiz, nas comarcas onde for difícil o transporte, pelo período máximo de 60 dias, que só pode ser excedido em caso de calamidade pública.</p> <p>(B) os prazos peremptórios, desde que as partes, de comum acordo, formulem requerimento ao juiz, no tempo oportuno e fundado em motivo legítimo.</p> <p>(C) quaisquer prazos, desde que as partes, estando de acordo, formulem requerimento ao juiz, no tempo oportuno e fundado em motivo legítimo.</p> <p>(D) os prazos peremptórios, desde que as partes o requeiram, de comum acordo, nas comarcas onde for difícil o transporte, em caso de calamidade pública e pelo período máximo de 60 dias.</p> <p>(E) quaisquer prazos, pelo juiz, nas comarcas onde for difícil o transporte, em caso de calamidade pública, pelo período máximo de 30 dias.</p>	<p>65. A respeito do <i>habeas corpus</i>, considere as afirmativas:</p> <p>I. Pode ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.</p> <p>II. Determinada a apresentação do paciente pelo juiz, somente não será apresentado se estiver gravemente enfermo ou não estiver sob a guarda da pessoa a quem se atribui a detenção.</p> <p>III. A concessão do <i>habeas corpus</i> não obstará, nem porá termo ao processo, desde que o processo não esteja em conflito com os fundamentos da concessão.</p> <p>IV. Da decisão que concede a ordem de <i>habeas corpus</i>, cabe apenas recurso de ofício pelo próprio juiz.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>
<p>63. Na Justiça Federal, em caso de recurso que se processa nos próprios autos, incumbe ao recorrente, sob pena de deserção, recolher as custas respectivas no</p> <p>(A) ato da interposição do recurso.</p> <p>(B) prazo legal previsto para a interposição do recurso.</p> <p>(C) prazo de três dias, contados da interposição do recurso.</p> <p>(D) prazo de cinco dias, contados da data do recebimento do recurso.</p> <p>(E) prazo de cinco dias, contados da interposição do recurso.</p>	<p>66. Com relação ao inquérito policial, é certo que</p> <p>(A) o inquérito policial, nos crimes de ação penal pública, só poderá ser iniciado mediante requisição do Ministério Público.</p> <p>(B) no inquérito policial vigoram os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.</p> <p>(C) nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.</p> <p>(D) o inquérito policial, nos crimes em que a ação penal pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.</p> <p>(E) concluído o inquérito policial, não havendo prova da materialidade do delito e indícios de autoria, a autoridade policial poderá arquivá-lo.</p>

67. Nos crimes de ação penal privada,
- (A) o prazo de decadência do direito de queixa será interrompido pela instauração do inquérito policial.
  - (B) salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá do direito de queixa se não o exercer dentro do prazo de 6 meses, contados da data da consumação do delito.
  - (C) as pessoas jurídicas não poderão exercer o direito de queixa, pois esse direito é personalíssimo e privativo das pessoas físicas.
  - (D) o menor de 18 anos, a pessoa mentalmente enferma, ou deficiente mental, se não tiver representante legal, não poderá exercer o direito de queixa.
  - (E) no caso de morte do ofendido ou quando for declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

68. A respeito da prisão preventiva, é correto afirmar que
- (A) a prisão preventiva só poderá ser decretada pelo juiz se houver requerimento do Ministério Público nesse sentido.
  - (B) a apresentação espontânea do acusado à autoridade impedirá a decretação da prisão preventiva, nos casos em que a lei a autoriza.
  - (C) se o juiz revogar a prisão preventiva, não poderá voltar a decretá-la se sobrevierem razões que a justifiquem.
  - (D) é admissível a decretação da prisão preventiva nos processos em que se apura ilícito contravencional.
  - (E) o despacho que decretar ou denegar a prisão preventiva não deve ser fundamentado, pois isso poderia implicar em prejuízo.

69. Compete aos Tribunais Regionais Federais julgar originariamente, nos crimes comuns, na área de sua jurisdição, os
- (A) desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados.
  - (B) membros dos Tribunais de Contas dos Estados.
  - (C) juízes do trabalho.
  - (D) membros do Congresso Nacional.
  - (E) chefes de missão diplomática de caráter permanente.

70. O réu foi interrogado numa sexta-feira, estando seu defensor constituído presente ao ato, tendo ambos saído intimados do prazo de 3 dias para oferecimento de defesa prévia. Nesse caso, considerando que não há feriados na semana seguinte, o prazo terá início na
- (A) sexta-feira e terminará na quinta-feira.
  - (B) sexta-feira e terminará no domingo.
  - (C) sexta-feira e terminará na segunda-feira.
  - (D) segunda-feira e terminará na quarta-feira.
  - (E) segunda-feira e terminará na quinta-feira.